



Conselho da Justiça Federal

PORTARIA N 28, DE 26 DE MAIO DE 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2010, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.028.978	121.217	6.150.195
Pessoal Ativo	5.332.966	117.100	5.450.066
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.920	0	1.920
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	627.574	107.281	734.855
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.703.472	9.819	4.713.290
Pessoal Inativo e Pensionistas	696.012	4.117	700.129
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.690	0	1.690
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	694.322	4.117	698.439
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.432.490	117.817	1.550.307
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.922	8	1.930
Decorrentes de Decisão Judicial	629.554	107.281	736.835
Despesas de Exercícios Anteriores	160.091	9.792	169.883
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	640.923	736	641.659
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.596.488	3.399	4.599.887
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			468.699.862
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,980689%	0,000725%	0,981414%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		7.649.032
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		7.266.580

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) A partir de 2010, os valores de Precatórios e RPVs da administração direta não integram a dotação autorizada das unidades orçamentárias do Órgão 12000 – Justiça Federal. Os valores executados foram descentralizados aos Tribunais que preferiram as decisões, conforme art. 29 da Lei 12.017/2009 – LDO, e compõem a despesa realizada do órgão que originou o débito.

CLÁUDIO MACHADO PINTO
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EVA MARIA FERREIRA BARROS
SECRETÁRIA-GERAL